



O Problema Moral em Immanuel Kant

Antonio Carlos Ferrarezi¹

Resumo

A partir da obra *A Religião nos Limites da Simples Razão*, priorizando o problema da moral, o presente trabalho dissertará sobre alguns dos seus principais temas, escolhidos de acordo com as áreas de interesse do autor do trabalho de pesquisa. Assim, serão priorizadas questões tais como: a relação da moral com a religião, a questão da disposição originária para o bem na natureza humana, o problema da propensão para o mal na natureza humana, a visão de Kant sobre a doutrina bíblica do pecado original, a interpretação kantiana do Cristo e a proposta do filósofo de uma religião moral.

Palavras Chave: Religião Moral. Moral Kantiana. Problema Moral.

Abstract

From the work *Religion on the Limits of Simple Reason*, prioritizing the problem of morality, the present paper will discuss some of its main themes, chosen according to the areas of interest of the author of the research work. Thus, questions such as the relationship of morality to religion, the question of the original disposition for good in human nature, the problem of propensity for evil in human nature, Kant's view of the biblical doctrine of original sin, the Kantian interpretation of Christ, and the philosopher's proposal for a moral religion.

Key Words: Moral Religion. Kantian Morality. Moral Problem.

Introdução

A reflexão filosófica de Kant trabalha, sobretudo, dois grandes temas que perpassam toda a obra Kantiana: o problema do conhecimento e o problema da moralidade.

O presente trabalho se preocupará em destacar alguns dos principais pontos da reflexão kantiana no que se refere ao problema moral. Brevíssimas considerações introdutórias serão feitas sobre o problema do conhecimento, mas apenas com o

¹ Mestre em Ciências da Religião, Bacharel em Teologia e Licenciado em Filosofia. Professor e Coordenador do Curso de Teologia do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix. Belo Horizonte, MG. E-mail de contato: antonio.ferrarezi@izabelahendrix.metodista.br acarlosferrarezi@gmail.com



objetivo de situar o assunto na estrutura do pensamento kantiano, especialmente no que se refere ao seu método apriorístico de análise, sem maiores incursões no tema.

A partir da obra *A Religião nos Limites da Simples Razão*, priorizando o problema da moral, o presente trabalho dissertará sobre alguns dos seus principais temas, escolhidos de acordo com as áreas de interesse do autor do trabalho de pesquisa. Assim, serão priorizadas questões tais como: a relação da moral com a religião, a questão da disposição originária para o bem na natureza humana, o problema da propensão para o mal na natureza humana, a visão de Kant sobre a doutrina bíblica do pecado original, a interpretação kantiana do Cristo e a proposta do filósofo de uma religião moral.

Na discussão sobre o problema moral em Kant, o artigo indicará a posição kantiana de que a Moral não necessita da Religião para se estruturar, sinalizando que o homem não necessita da religião para se constituir moralmente bom.

Metodologia

O presente artigo se estrutura a partir da metodologia da pesquisa qualitativa, de revisão bibliográfica, fundamentado, sobretudo, na obra *A Religião nos Limites da Simples Razão*, de Immanuel Kant. Outros autores que tratam da análise do pensamento kantiano, sobretudo no que concerne ao tema da Moral, também subsidiarão as reflexões e considerações aqui em curso.

I. Elementos Centrais da Obra Kantiana

A obra de Immanuel Kant (1724 a 1804) é considerada ponto de convergência do pensamento filosófico anterior e, ao mesmo tempo, fonte a partir da qual emergem as principais linhas de reflexão dos Séculos XIX e XX.

A importante obra de Kant pode ser dividida em dois grandes grupos de escritos, a saber: os chamados pré-críticos e os críticos, isto é, aqueles nos quais Kant expõe sua filosofia crítica. Os escritos chamados críticos iniciam-se a partir de 1781, com a obra *Crítica da Razão Pura*. Desse bloco denominado crítico se destacam também a *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* (1785), a *Crítica da Razão Prática* (1788), *A Religião nos Limites da Simples Razão* (1793) e *A Metafísica dos Costumes* (1797). (REALE, ANTISSERI, 2003).

Todos os elementos trabalhados pela filosofia kantiana podem ser sintetizados em duas questões principais, que permeiam toda a reflexão filosófica de Kant. A



primeira refere-se ao problema do conhecimento, ou seja, suas possibilidades, seus limites, seu campo de aplicação. A segunda grande questão que ocupa o pensamento filosófico de Kant é o problema moral, isto é, a questão da ação humana. Kant estava empenhado em analisar o que o homem deve fazer, como deve reagir em relação aos seus semelhantes, como agir para obter a felicidade e o bem supremo. (Cf. Coleção Os Pensadores, Immanuel Kant, 1996, p.6.).

II. O Problema do Conhecimento

O problema do Conhecimento é tratado por Kant na obra *Crítica da Razão Pura*, de 1781. Kant distingue duas formas de conhecimento: o conhecimento empírico, também denominado de *a posteriori*, e o conhecimento puro, ou *a priori*. Enquanto que o conhecimento empírico se estabelece a partir de dados reunidos das experiências sensíveis, o conhecimento a priori, por outro lado, não depende de nenhuma experiência sensível, diferenciando-se assim do conhecimento a posteriori pela universalidade e pela necessidade.

A diferenciação entre conhecimento empírico e conhecimento puro conduz à distinção entre juízo analítico e juízo sintético, a partir do que Kant classifica os juízos em analíticos, sintéticos *a posteriori* e sintéticos *a priori*. Kant entende que os juízos analíticos não trariam contribuição para a ciência, pois, apesar de serem universais e necessários, não enriqueceriam o conhecimento porque são apenas tautológicos. Os juízos sintéticos a posteriori também não, dado que são contingentes, particulares e limitados a experiências que se esgotam em si mesmas. (Cf. Coleção Os Pensadores – Kant, 1996, p.8).

Portanto, o verdadeiro núcleo da teoria do conhecimento situar-se-ia no terreno dos juízos sintéticos a priori, os quais, ao mesmo tempo, são universais e necessários, enriquecendo e fazendo progredir o conhecimento. (Coleção Os Pensadores, Kant, 1996, p. 8).

Na introdução da *Crítica da Razão Pura*, Kant afirma:



Que todo o nosso conhecimento começa com a experiência, não há dúvida alguma, pois, do contrário, por meio do que a faculdade de conhecimento deveria ser despertada para o exercício senão através de objetos que tocam nossos sentidos e em parte produzem por, si próprios, representações, em parte põem em movimento a atividade do nosso entendimento para compará-las, conectá-las ou separá-las e, desse modo, assimilar a matéria bruta das impressões sensíveis a um conhecimento dos objetos que se chama experiência? Segundo o tempo, portanto, nenhum conhecimento em nós precede a experiência, e todo ele começa com ela. Mas embora todo o nosso conhecimento comece *com* a experiência, nem por isso todo ele se origina justamente *da* experiência [...] Portanto, é pelo menos uma questão que requer uma investigação mais pormenorizada [...] saber se há um tal conhecimento independente da experiência e mesmo de todas as impressões dos sentidos. Tais conhecimentos denominam-se *a priori* e distinguem-se dos empíricos, que possuem suas fontes *a posteriori*, ou seja, na experiência. (KANT, *Crítica da Razão Pura*, in *Coleção Os Pensadores*, 1996, p. 53).

Kant entende por conhecimento *a priori* não aqueles que ocorrem de modo independente de uma ou de outra experiência, mas sim dos conhecimentos que ocorrem totalmente independentes de toda e qualquer experiência, de modo puro, de forma que nada de empírico está presente. Ele destaca, por exemplo, as proposições da matemática como juízos puros *a priori*.

III. O Problema Moral

A segunda grande questão que ocupa a estrutura do pensamento filosófico de Kant é o problema moral. Enquanto, na *Crítica da Razão Pura*, Kant fazia a pergunta principal: “*o que posso saber? o que é possível conhecer?*”, agora, na *Crítica da Razão Prática*, o pensador questiona principalmente sobre “*o que devo fazer?*” Essa questão kantiana diz respeito ao domínio da ação tal qual o sujeito, enquanto ser racional, constitui. “O sujeito é, aqui, o sujeito moral ou a pessoa; ele impõe a si mesmo as leis de sua ação” (THOUARD, 2004, p. 105).



1. A Moral Prescinde da Religião

Segundo Kant, a Moral não necessita da religião e nem da ideia da existência de um ser superior que a motive, isto é, um ser superior que levaria o homem a agir moralmente em referência a este ser. No entendimento de Kant, o próprio homem é culpado por encontrar-se nele tal necessidade. A Moral, afirma Kant, não precisa da religião porque basta-se a si mesma em função da razão pura prática.

A Moral, enquanto fundada no conceito do homem como um ser livre que, justamente por isso, se vincula a si mesmo pela razão a leis incondicionadas, não precisa nem da ideia de outro ser acima do homem para conhecer o seu dever, nem de outro móbil diferente da própria lei para o observar. (KANT, 2008, p. 11).

Segundo Kant, se houver algo que motive a ação moral do homem, mas que não proceda dele mesmo e de sua liberdade, isso não significará nenhuma compensação para a deficiência de sua moralidade. Esse pensamento kantiano está vinculado também à questão da culpa referida no parágrafo anterior, cuja citação a seguir esclarecerá melhor:

Pelo menos é culpa sua se nele se encontra uma tal necessidade a que por nada mais se pode então prestar auxílio; porque o que não procede dele mesmo e da sua liberdade não faculta compensação alguma para a deficiência da sua moralidade. Por conseguinte, a Moral, em prol de si própria (tanto objetivamente, no tocante ao querer, como subjetivamente, no que diz respeito ao poder), de nenhum modo precisa da religião, mas basta-se a si própria em virtude da razão pura prática. (KANT, 2008, p. 11).

Segundo Lazzari Junior, “a moral kantiana não se relaciona com a teologia, com a experiência, com a necessidade social ou mesmo com algum objetivo a ser alcançado pelo agente do bem”. (LAZZARI JUNIOR, 2012, p. 113). Kant demonstra, em seus textos, considerável rigor teórico e filosófico no que concerne aos princípios motivadores e impulsionadores das ações humanas, excluindo de sua linha de reflexão qualquer motivação que não esteja fundamentada tão somente na razão. (cf. LAZZARI JUNIOR, 2012). De certa forma, além de toda a estrutura de sua própria filosofia, podemos entender que essa construção teórica é também fruto do seu tempo, fruto de uma teologia e de uma filosofia fortemente influenciada pelos movimentos teóricos da Modernidade europeia.



Kant propõe um sistema ético baseado na deontologia, isto é, uma ética de princípios, que ele considera Moral, em contrapartida ao utilitarismo, que ele considera Imoral. Uma ação baseada na deontologia significa a capacidade do homem agir a partir de intenções intrinsecamente boas, por princípio, objetivando a busca da dignidade, sendo que todo esse processo deontológico é orientado pela razão e resulta num sistema Moral. Por outro lado, uma ação fundamentada no utilitarismo resulta num sistema Imoral porque o homem age em busca de resultados, de fins e de sua felicidade. Nesse processo ele se deixa guiar pelas inclinações e não pela razão. Nesse sentido, Kant afirma:

[...] como condição suprema [...] de todos os fins, a Moral não necessita em geral de nenhum outro fundamento material de determinação do livre arbítrio, isto é, de nenhum fim, nem para reconhecer o que seja dever, nem ainda para impelir a que ele se leve a cabo; mas pode e até deve, quando se trata de dever, abstrair de todos os fins. (KANT, 2008, p. 11-12).

Assim, por exemplo, para saber se devo (ou também posso) ser veraz no meu testemunho perante o tribunal, ou ser leal na reclamação de um bem alheio a mim confiado, não é necessária a busca de um fim que eu, porventura, na minha declaração, pudesse decidir de antemão vir para mim a conseguir, pois não interessa se é de um ou de outro tipo; pelo contrário, quem, ao ser-lhe pedida legitimamente a sua declaração, acha ainda necessário buscar um fim qualquer é já nisso um indigno. (KANT, 2008, p. 12).

Por outro lado, Kant alerta para o fato de que a Moral, muito embora não necessite, em prol de si mesma, de nenhuma representação de fim que tenha que preceder a determinação da vontade, pode ser que, ainda assim tenha uma referência necessária a um determinado fim, ou seja, não como ao fundamento, mas como às necessárias consequências das máximas adotadas de acordo com as leis, visto que, sem qualquer relação de fim, não haveria lugar no homem para a determinação da vontade. Da Moral, afirma Kant, deriva um fim, mas trata-se de um fim cuja autoproposta já pressupõe princípios morais. (KANT, 2008, p. 12-13).

Para Kant, a Moral não necessita de nenhum outro fundamento: não necessita de Deus e nem da Religião. O conceito de liberdade é o que fundamenta a Moral, na



filosofia kantiana. Equivale a dizer que, segundo o filósofo, só existe moralidade onde há liberdade. Deus e a Religião são prescindíveis. Assim, Kant propõe uma Moral autônoma, visto que a moralidade, para o filósofo, é auto-fundante, auto-explicativa. Ele estabelece uma distinção entre princípio moral e finalidade moral. Colocar um fim no raciocínio do juízo moral significa, no entendimento de Kant, desviar e perverter o caminho moral. Dessa forma, o dever não é compatível com a ideia de fim, isto é, de acordo com a visão utilitarista da moral, conforme acima explicitada, quando se abordou a questão do utilitarismo (imoral) e da deontologia (moral).

A ação moral não será legítima, segundo o pensamento kantiano, se o que lhe move é a finalidade, ou seja, a busca de resultados, de fins, de felicidade. Os fins corrompem a moralidade. Por outro lado, a ação moral será legítima na medida em que esta for motivada pelo sentido de moral enquanto dever. O dever é o elemento importante para Kant. É racional para Kant que o homem cumpra o dever, mesmo sem garantias de ser feliz.

Kant formula o problema da ética na Fundamentação da metafísica dos costumes, como a questão do bem supremo. E o bem supremo, para Kant, é a boa vontade. Assim, o problema moral é transferido não para as ações, mas sim para a vontade que as move, que as inspire e motive. Aí repousa a ideia chave do imperativo categórico kantiano. Kant elabora uma ética do dever ser. Trata-se de uma ética imperativa, que obrigue, que determine. Entretanto, não podem ser imperativos hipotéticos, isto é, que dependam de uma condição. Por outro lado, deve ser um imperativo categórico, que tem a força de determinar a ação, sem nenhuma condição. Em outras palavras, para Kant, a obrigatoriedade do imperativo categórico deve ser encontrada nele mesmo. (MARIAS, 2004).

Como o bem supremo é a boa vontade, a qualificação moral de uma ação recai sobre a vontade com que foi feita, não sobre a própria ação. E a boa vontade é a que quer o que quer por puro respeito ao dever. Se faço uma boa ação porque gosto, ou por um sentimento, ou por temor etc, ela não tem valor moral [...] O imperativo categórico se expressa de diversas formas; seu sentido fundamental é o seguinte: age de tal modo que possas querer que o que faças seja lei universal da natureza. (MARIAS, 2004, p.323).



A demonstração de um imperativo hipotético, que está vinculado a uma condição, é, por exemplo, a ordem que diz: “alimente-se”. Trata-se de um imperativo hipotético porque supõe uma condição: alimentar-se para sobreviver. Esse imperativo não terá validade, caso o sujeito queira morrer. Kant propõe o imperativo categórico como base da ação moral. Agir pela ética do dever, pela consciência clara do estrito dever a ser cumprido.

A ética kantiana é autônoma e não heterônoma; ou seja, a lei é ditada pela própria consciência moral, não por uma instância alheia ao eu [...] Kant pede ao homem que seja livre, que seja autônomo, que não se deixe determinar por nenhum motivo alheio à sua vontade, que dá as leis a si mesma. (MARIAS, 2004, p. 324).

2. Da Disposição Originária para o Bem na Natureza Humana

Kant classifica três categorias como elementos da determinação humana. Ele fala da disposição do homem para a animalidade, enquanto ser vivo, para a humanidade, enquanto ser vivo e racional e, finalmente, para a racionalidade, enquanto ser racional e, simultaneamente, suscetível de imputação. (KANT, 2008).

Segundo Kant (2008), a disposição para a animalidade, no homem, significa o amor a si mesmo, de natureza física e mecânica, para o qual não se requer a razão. Tem um sentido tríplice: primeiramente, tendo em vista a conservação de si próprio, a sobrevivência; em segundo lugar, considerando a ordem natural da propagação da espécie, através do impulso sexual; e, finalmente, tendo em vista a vivência em comunidade com seu semelhante, ou seja, o impulso à sociedade. Nessa primeira disposição para a animalidade, afirma Kant, podem ser introduzidos vícios de todo tipo, tais como os vícios da brutalidade da natureza, denominados, na sua forma mais vil, vícios bestiais, que seriam, por exemplo, os vícios da gula, da luxúria e da selvagem ausência de lei na relação com seus semelhantes na sociedade.

No que se refere à disposição para a humanidade, Kant refere-se ao título geral do amor de si, de ordem física, mas que, nessa classificação, estabelece uma



comparação – fato que exige o uso da razão. Significa dizer que o homem se considera ditoso ou desditado somente em comparação com os demais. Desse amor de si deriva uma inclinação para obter para si um valor na opinião dos outros. Kant analisa que essa disposição, quando mediada pelo desejo de não conceder a ninguém superioridade sobre si – apenas a igualdade – aliado ao constante receio de que os outros possam aspirar a tal superioridade, faz surgir gradualmente um desejo injusto de adquirir para si mesmo essa superioridade dos outros. Assim, analisa Kant, nesse ponto podem ser estabelecidos, através da inveja e da rivalidade, os maiores vícios de hostilidades secretas ou mesmo abertas contra todos os que são considerados estranhos. Segundo Kant, os vícios que podem ser introduzidos nessa propensão podem ser chamados de *vícios da cultura* e, no mais elevado grau de sua malignidade, vícios diabólicos: inveja, ingratidão, alegria malvada, etc.

Disposição para a personalidade significa a suscetibilidade da reverência pela lei moral como de um móbil, por si mesmo suficiente, do arbítrio. Essa suscetibilidade da mera reverência pela lei moral no homem seria o sentimento moral.²

Kant afirma que as três disposições acima referidas são originárias, porque pertencem à possibilidade da natureza humana e que não apenas são boas – dado que não são contrárias à lei moral – mas são igualmente disposições para o bem, visto que fomentam o seu seguimento. Das três, somente a terceira tem por raiz a razão por si mesma prática, ou seja, a razão incondicionalmente legisladora. A primeira não tem por raiz razão alguma, enquanto que a segunda tem a razão prática como raiz, mas apenas a serviço de outros móveis. (KANT, 2008, p. 34).

3. Da Propensão para o Mal na Natureza Humana

Kant entende por propensão (*propensio*) o fundamento subjetivo da possibilidade de uma inclinação (desejo habitual – *concupiscentia*), na medida em que ela é contingente para a humanidade em geral. Segundo Kant, a propensão se distingue de uma disposição pelo fato de poder ser inata. Entretanto, é permitido não representá-la

²Todas as três disposições aqui discutidas – *animalidade, humanidade e personalidade* – estão conforme KANT, I., 2008, Op. Cit., pp. 32-33.



assim, podendo igualmente ser pensada como adquirida (quando boa) ou contraída (quando má) pelo próprio homem. (KANT, 2008, p. 34-35).

Kant distingue três graus diferentes de propensão:

Primeiro, é a debilidade do coração humano na observância das máximas adotadas em geral, ou a fragilidade da natureza humana; em segundo lugar, a inclinação para misturar móveis imorais com os morais (ainda que tal acontecesse com boa intenção e sob as máximas do bem), isto é, a impureza; em terceiro lugar, a inclinação para o perfilhamento de máximas más, isto é, a malignidade da natureza humana ou do coração humano. (KANT, 2008, p.35).

Sobre a fragilidade da natureza humana – expressa inclusive pelo Apóstolo Paulo, na Bíblia – Kant explica que o homem tem o querer, sem dúvida alguma, mas falta-lhe o cumprir, ou seja, o homem admite o bem (a lei) na máxima de seu arbítrio, porém, aquilo que objetivamente na idéia é um móbil insuperável é também, subjetivamente, quando a máxima deve ser seguida, o mais fraco. Com respeito à impureza do coração humano, Kant explica que consiste no fato de que a máxima é boa segundo o objeto e forte o suficiente para a execução, mas não puramente moral, ou seja, não acolheu em si, como deveria ser, a mera lei como móbil suficiente. Na maioria dos casos, afirma Kant, precisa ainda de outros móveis além desta a fim de por eles determinar o arbítrio àquilo que o dever exige. Equivale a dizer que, ações conforme o dever, não são feitas puramente por dever. (KANT, 2008, p. 34-35).

Segundo o pensamento kantiano, agir conforme o dever significa agir com interesses pessoais, em busca de fins, de resultados e da felicidade: seria a visão utilitarista da moral. Por outro lado, agir por dever significa agir apenas em respeito à lei moral mesma, isto é, simplesmente porque a lei assim o determina. A ação conforme o dever estaria no nível da legalidade, ao passo que a ação por dever estaria no nível da moralidade mesma, do Ser moral.

O grau máximo de propensão para o mal, segundo Kant, seria a malignidade ou o estado de corrupção do coração humano, que o filósofo também chama de perversidade do coração humano, significando a



inclinação do arbítrio para máximas que pospõem o móbil dimanante da lei moral a outros (não morais). Pode igualmente chamar-se perversidade (perversitas) do coração humano, porque inverte a ordem moral a respeito dos móveis de um livre arbítrio e, embora assim possam ainda existir sempre ações boas segundo a lei (legais), o modo de pensar é, no entanto, corrompido na sua raiz (no tocante à intenção moral), e o homem é, por isso, designado como mau”. (KANT, 2008, p. 36).

4. O Homem é Mau por Natureza

Através de seu método a priori de reflexão, Kant afirma, à luz das considerações mencionadas no item anterior – sobre a propensão para o mal na natureza humana – que a proposição “*o homem é mau*” significa que o homem é consciente da lei moral e, entretanto, acolheu na sua máxima a deflexão ocasional a seu respeito. (KANT, 2008, p. 38).

Portanto, Kant analisa que o homem contraria a Moral em decorrência de sua propensão para o mal e esta inclinação, segundo Kant, deve ser considerada como moralmente má, ou seja, não como uma disposição natural, mas como algo que pode ser imputado ao homem e, conseqüentemente, deve consistir em máximas do arbítrio contrários à lei. Kant afirma:

Podemos então chamar a esta propensão uma inclinação natural para o mal, e, visto que ela dever ser, no entanto, sempre autoculpada, podemos denominá-la a ela própria um mal radical inato (mas nem por isso menos contraído por nós próprios) na natureza humana. (KANT, 2008, p. 38).

5. A Visão Kantiana do Dogma do Pecado Original

Kant não concorda com o dogma cristão do pecado original, segundo o qual a culpa seria algo infuso no homem. Se a culpa fosse um elemento infuso no homem, então não haveria liberdade, argumenta Kant, e, por conseguinte, isso tornaria



impossível a Moralidade. Ora, isso para Kant seria impossível e inadmissível, pois, como já se destacou nesse trabalho, a liberdade é a base da Moralidade para Kant.

Assim, Kant critica o dogma teológico do pecado original. Ele entende o pecado original como uma ideia e não como uma história temporal. Discutindo essa questão da origem do mal moral no homem, Kant destaca que o mais inconveniente seria considerá-lo como uma herança recebida dos antepassados. Ele então argumenta:

Seja como for que a origem do mal moral no homem possa estar constituída, entre todos os modos de representação da sua difusão e continuação através de todos os membros da nossa espécie e de todas as gerações, **o mais inconveniente é representá-lo como chegado a nós a partir dos primeiros pais por herança** (grifo meu). (KANT, 2008, p. 46).

Contrariamente à ideia da sedução que vem de fora e da herança do mal transmitida pelo pecado original, Kant defende a tese de que a ação do homem é livre e não está determinada por nenhuma dessas causas e, portanto, pode e deve ser sempre julgada como um uso originário do seu arbítrio. De uma qualidade moral que deve ser imputada ao homem, afirma Kant, não se deve buscar origem temporal alguma. (KANT, 2008, p. 47,49).

6. Do Restabelecimento da Disposição Original para o Bem na sua Força

No entendimento de Kant, o que o homem em sentido moral é ou deva ser, bom ou mau, depende dele mesmo. Tanto o ser moralmente bom, quanto o ser moralmente mau, tem de ser um efeito de seu livre arbítrio, pois, do contrário, não poderia lhe ser imputada e, conseqüentemente, o homem não poderia ser nem bom e nem mau moralmente. (KANT, 2008, p. 50).

Mais uma vez percebe-se aqui a grande importância da liberdade para o pensamento kantiano, que explica a moralidade somente a partir da liberdade. Como destaca THOUARD (2004, p. 120):



Kant fundamenta toda a possibilidade de sua moral na identidade da vontade livre consigo mesma: uma vontade que quer a si mesma é verdadeiramente livre, no sentido de que é autônoma, decidindo seu objeto a partir de si mesma e de nenhuma outra coisa.

Ao se afirmar que o homem foi criado bom, analisa Kant, tal afirmação nada mais pode significar do que o fato de que o homem foi criado para o *bem*, e a disposição originária do homem é boa e só não o é ainda depois do homem ter aceito ou não na sua máxima os motivos impulsores que tal disposição encerra – fator que deve ser deixado inteiramente à sua livre escolha. Kant afirma que é o próprio homem que faz com que ele se torne bom ou mau. E mesmo que se suponha a interferência de uma ação sobrenatural para torná-lo bom ou melhor – ação essa que significaria apenas a redução dos obstáculos – ainda assim, afirma Kant, o homem deve tornar-se digno de receber essa ajuda sobrenatural, ou seja, acolhendo na sua máxima um aumento positivo de força, graças ao qual unicamente se torna possível que o bem lhe seja imputado e que ele seja então reconhecido como um homem bom. (KANT, 2008, p. 50).

Segundo Kant, os homens devem tornar-se melhores.

O restabelecimento da originária disposição para o bem em nós não é, portanto, aquisição de um móbil *perdido* para o bem; pois tal móbil, que consiste na reverência pela lei moral, jamais podemos perdê-lo e, se tal fosse possível, nunca o reconquistaríamos. Este restabelecimento é, portanto, apenas a instauração da *pureza* da lei como fundamento supremo de todas as nossas máximas, segundo a qual a lei deve ser acolhida no arbítrio, não só vinculada a outros motivos ou, inclusive, subordinada a estes (às inclinações) como condições, mas na sua plena pureza como motivo impulsor *suficiente* por si da determinação do arbítrio. O bem originário é a *santidade das máximas* no seguimento do dever próprio; o homem acolhe deste modo na sua máxima tal pureza, embora não seja por isso já ele próprio santo [pois entre a máxima e o ato há ainda um grande hiato]; contudo, está a caminho de se aproximar da santidade no progresso infinito. (KANT, 2008, p. 52).

A virtude, de acordo com Kant, consistirá justamente no intento firme, em regime de prontidão, sempre no seguimento do dever. Tal virtude se adquire gradativamente, ao longo do tempo, através de reformas graduais do comportamento e da consolidação das suas máximas, não requerendo uma mudança do coração, mas somente uma transformação dos costumes. O problema, afirma Kant, é que essa



operação se dá somente na categoria do princípio da felicidade. Exemplo: o homem não moderado retorna à moderação, tendo em vista mais saúde; o mentiroso retorna à verdade, tendo em vista sua honra; o injusto retorna à retidão civil, tendo em vista o lucro, e assim por diante. Isso é o que Kant chama de um homem legalmente bom. Entretanto, esse mesmo não é ainda moralmente bom.

Mas que alguém se torne não só um homem *legalmente* bom, mas também *moralmente* bom [...] isto é, virtuoso segundo o caráter inteligível [...] um homem que, quando conhece algo como dever, não necessita de mais nenhum outro motivo impulsor além desta representação do dever, tal não pode levar-se a cabo mediante *reforma* gradual, enquanto o fundamento das máximas permanece impuro, mas tem de produzir-se por meio de uma *revolução* na disposição de ânimo no homem [...] como que por uma nova criação [...] e uma transformação do coração. (KANT, 2008, p. 53).

Com base nessas considerações, concluirá Kant, a formação moral do homem não deve começar pela melhoria de seus costumes, mas sim pela transformação radical, conversão do seu modo de pensar, da sua estrutura de pensamento e pela fundação de um caráter. E Kant faz a seguinte ressalva: ensinar o educando a admirar as ações virtuosas, por mais sacrifício que possa vir a significar, não é instrumento adequado para a aprendizagem do educando no tocante ao bem moral. Isso porque, no entendimento de Kant, por muito virtuoso que alguém seja, tudo, entretanto, que alguém pode fazer nada mais é do que simplesmente dever e, nesse sentido, argumenta Kant:

Fazer o próprio dever, porém, nada mais é do que fazer o que está na ordem moral habitual, por conseguinte, não merece ser admirado. Pelo contrário, tal admiração é uma dissonância do nosso sentimento relativamente ao dever, como se prestar a este obediência fosse algo de extraordinário e de meritório. (KANT, 2008, p. 54-55).

Considerações finais: religião moral

Afirmou-se, no início desse trabalho, que, em Kant, a Moral prescinde da Religião. E, de fato, assim pode se concluir corretamente, na medida em que tal afirmação signifique que, no entendimento de Kant, o homem não necessita de nenhum móbil – nem a religião e nem Deus – para ser um homem moral; ele não necessita de



nenhum outro fundamento além de sua liberdade e da moral mesma, para agir moralmente, para ser um homem moralmente bom.

Conforme destaca Thouard (2004), a lei moral pela qual Kant pretende interpretar e fundar a liberdade é assim formulada em sua obra *Crítica da Razão Prática*: “age de tal modo que a máxima da tua vontade possa valer ao mesmo tempo como princípio de uma legislação universal”. (KANT, apud THOUARD, 2004, p. 121).

Entretanto, é importante destacar algumas das considerações do pensamento kantiano a respeito do valor da religião, para que o tema percorrido nesse trabalho não fique em débito com esse importante elemento da reflexão do filósofo.

Segundo Kant, todas as religiões podem se dividir basicamente em dois tipos, a saber: 1. Religião da Petição de Favor (ou do simples culto); 2. Religião Moral, isto é, a religião da boa conduta de vida.

De acordo com a religião da petição de favor, afirma Kant, o homem bajula-se a si mesmo, entendendo que Deus pode fazê-lo eternamente feliz sem que ele tenha necessidade de se esforçar por se tornar um homem melhor. E, segundo essa visão, Deus faria isso através da remissão de suas culpas. Ou ainda, caso isso pareça inatingível, Deus pode fazer dele um homem melhor, sem que ele tenha a necessidade de fazer algo mais de sua própria parte, exceto suplicar, rogar isso a Deus. Essa atitude Kant entende que não passaria de um desejo, não significando nada de concretamente realizado. E, nesse sentido, Kant afirma: “efetivamente, se com o simples desejo se conseguisse, todos os homens seriam bons”. (KANT, 2008, p. 57).

Por outro lado, de acordo com a religião moral, tem-se um princípio a ser seguido pelo homem, ou seja, que cada um deve fazer tudo quanto estiver em suas forças para se tornar um homem melhor. E Kant, fazendo alusão à parábola de Jesus sobre os talentos concedidos aos servos (Evangelho de Lucas, 19.12-16), faz a seguinte afirmação: somente quando não se enterrou o talento que recebeu, somente depois de se valer da disposição originária para o bem a fim de se tornar um homem melhor, enfim,



somente depois de se utilizar de todos os recursos que lhe são disponíveis para se tornar um homem melhor é que ele poderá contar com a ajuda sobrenatural de Deus, de um ser superior, de uma cooperação superior, para completar aquilo que está além da sua capacidade humana. Para isso, ressalva Kant, não é necessário que o homem saiba em que consiste essa cooperação superior, admitindo que, de forma inevitável, homens de diferentes épocas formularam conceitos próprios para expressar o significado dessa cooperação, na medida em que entenderam que ela se lhes revelou. E o filósofo destaca o que para ele é o elemento mais importante em sua ética do dever:

Mas então vale igualmente o princípio: não é essencial e, portanto, não é necessário a cada qual saber o que é que Deus faz ou fez em ordem à sua beatitude; mas sim saber *o que ele próprio deve fazer*, para se tornar digno desta assistência. (KANT, 2008, p. 58).

Nesse ponto da reflexão kantiana entra em questão também o problema da graça e do perdão de Deus. Para Kant, o homem primeiramente deve ser moral, para somente depois admitir a possibilidade da graça e do perdão de Deus, que atuarão como um suplemento, dependendo do legislador supremo.

Assim, a Religião tem para Kant uma conotação positiva, na medida em que ela significa religião moral e, por outro lado, Fé tem uma conotação negativa, na medida em que significa culto e rito.

Kant também não está interessado no significado da presença histórica de Jesus de Nazaré. Se ele existiu ou não como ente perfeito, trata-se de uma questão teológica e dogmática que o filósofo preferiu deixar para os teólogos discutirem. O que interessa para Kant, no que se refere a Jesus Cristo, é a ideia do Cristo em si mesma, ou seja, o ideal, a intenção que está presente na proposta do Cristo. Para Kant, Cristo significa a humanidade em plena perfeição moral.³

³ Sobre essa questão, deve ser analisada a interpretação que Kant faz do Cristo e da humanidade em relação a ele, conforme a **primeira seção - Do Direito do Princípio Bom ao Domínio sobre o Homem: a) Ideia Personificada do Princípio bom** – contida na **Segunda Parte: Da Luta do Princípio Bom com o Mau pelo Domínio Sobre o Homem**, in KANT, I., Op. Cit., 2008, p. 66 ss.



Sobre esse Cristo, protótipo da perfeição moral em sua plenitude, Kant afirma que é dever de todos os homens buscar elevar-se até esse ideal de perfeição moral.

Ora, elevar-nos a este ideal da perfeição moral, isto é, ao arquétipo da intenção moral na sua total pureza, é dever humano universal, para o que também a própria ideia que nos é proposta pela razão a fim de a ela aspirarmos nos pode dar força. (KANT, 2008, p. 67).

Continuando a argumentação de Kant:

Porém, justamente porque não somos os seus autores, mas ela se implantou no homem sem compreendermos como é que a natureza humana conseguiu também dela ser apenas suscetível, pode dizer-se melhor que aquele arquétipo *desceu* do céu a nós, que tomou a humanidade [...] Esta união conosco pode, pois, olhar-se como um estado de humilhação do Filho de Deus, se imaginarmos que aquele homem de intenções divinas como arquétipo para nós, da mesma forma que, sendo todavia ele próprio santo e, como tal, não sujeito a suportar nenhum padecimento, os toma sobre si na máxima medida para fomentar o bem do mundo. (KANT, 2008, p. 67).

E Kant conclui afirmando que o ideal da humanidade agradável a Deus, isto é, de uma perfeição moral tal como se manifesta possível num ser mundano, marcado por necessidades e inclinações, não pode ser pensado de outra forma a não ser sob a ideia

De um homem que estaria pronto não só a cumprir ele próprio todo o dever do homem e a difundir ao mesmo tempo à sua volta, pela doutrina e pelo bom exemplo, o bem no maior âmbito possível, mas também, embora tentado pelas maiores atrações, a tomar sobre si todos os sofrimentos, até a morte mais ignominiosa, pelo bem do mundo e, inclusive, pelos seus inimigos. (KANT, 2008, p. 67).

Conclui-se que a Moral conduz à Religião, apesar de prescindir dela enquanto móbil, enquanto fundamento, pois o conceito de liberdade é o que fundamenta a moral kantiana, que propõe uma moral autônoma. A dinâmica da moralidade conduz ao conceito de Deus, e não o contrário, ou seja, não é Deus que exige a moralidade. Deus passa a ser aquele que garante o sucesso da realização moral. A Religião, em Kant, deve ser reduzida tanto quanto possível ao nível prático, ou seja, ao nível moral. Dessa forma, Kant redefine filosoficamente o conceito de Religião subordinado à Razão



Prática, salvando o conceito de Religião no âmbito prático, o que, no entender de Kant, não é possível na Razão Pura.

Referências

Coleção Os Pensadores. São Paulo: Ed. Nova Cultural Ltda., Immanuel Kant, 1996.

KANT, Immanuel. A Religião nos Limites da Simples Razão. Lisboa: Edições 70, 2008.

KANT, Immanuel. Crítica da Razão Pura, in Coleção Os Pensadores, São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1996.

LAZZARI JUNIOR, Julio Cezar. Alguns aspectos da moral de Kant na obra Fundamentação Metafísica dos Costumes. Artigo publicado na Revista Prometeus: Filosofia em Revista. Ano 5, nº 9, janeiro a junho de 2012. Universidade Federal de Sergipe. PROMETEUS - Ano 5 - Número 9 – Janeiro- Junho/2012 - ISSN: 1807-3042 - E-ISSN: 2176-5960

Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/prometeus/article/viewFile/788/685>

MARIAS, Julian. História da Filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. História da Filosofia, 6ª ed. Vol. 2. São Paulo: Paulus, 2003.

THOUARD, Denis. Kant. Coleção Figuras do Saber. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 2004.